

MORAES, Antonio Carlos Robert.

Geografia: pequena história crítica.

São Paulo: Annablume, 2007.

Davi Monteiro Benac**

O livro é dividido em onze capítulos, dos quais os dois primeiros compõem a primeira parte, na qual o autor busca relacionar o objeto da geografia com a unidade e a continuidade do pensamento geográfico; o terceiro capítulo compõe a segunda parte, na qual o autor analisa a “pré-história da geografia”; do capítulo quarto ao oitavo está compreendida a terceira parte, na qual o autor fala da geografia clássica (também chamada de tradicional); os três últimos capítulos compõem a última parte, na qual o autor fala do movimento de renovação da geografia, compreendendo as suas duas principais correntes: a pragmática e a crítica. A partir do terceiro capítulo, o autor sempre fará uma contextualização histórica do período para que entendamos a razão para a criação da geografia ou das geografias.

No primeiro capítulo, “O objeto da geografia”, o autor trata de explicar, ou melhor, de problematizar o objeto da geografia, no sentido de identificar uma pluralidade em detrimento da singularidade, pois neste capítulo vemos que o objeto da geografia quase nunca foi um, mas diversos, porque, ao longo da história da geografia, vários autores definiram objetos diferentes, e há ainda aqueles que nem se preocuparam muito em definir um objeto para a geografia, como é o caso de Hartshorne.

No segundo capítulo, “O positivismo como fundamento da Geografia tradicional”, o autor faz uma ponte com o primeiro capítulo, dizendo que apesar de inexistir um consenso do objeto de estudo da geografia, é possível estabelecer unidade e continuidade no pensamento geográfico, e que isto adveio principalmente do positivismo. O objetivo deste capítulo é mostrar que os engajamentos sociais são os principais responsáveis pela construção das geografias. “Assim, existirão tantas Geografias, quantos forem os posicionamentos sociais existentes” (MORAES, 2007, p.47). Unidade e continuidade no pensamento geográfico no positivismo só foram possíveis porque a sociedade positivista considerava as ciências naturais como as mais desenvolvidas (pirâmide científica). As demais ciências deveriam incorporar o método (empírico-indutivo) de interpretação destas, e como as ciências naturais tinham unidade e continuidade em seus pensamentos, naturalmente, e em dupla conotação, as ciências sociais também passariam a ter. Ao final deste capítulo, o autor propõe que estudemos os posicionamentos sociais ao longo da história para que entendamos o que é a

geografia ou as geografias.

No terceiro capítulo, “Origens e pressupostos da Geografia”, o autor fala da “pré-história da geografia”, ou seja, o período anterior à geografia como ciência, isto é, o período em que a geografia era utilizada como um termo e/ou um conceito. Segundo ele, a geografia só não era uma ciência nesta época, porque inexistiam condições sociais para tal, mas com o desenvolvimento do capitalismo, a “ vaidade ” de se conhecer o planeta de forma unitária se tornou uma necessidade, pois agora os europeus precisavam da geografia para realizar as grandes navegações, para desenvolverem o mercantilismo, para formarem os impérios coloniais e aprimorarem as técnicas cartográficas. É neste contexto histórico que surge a necessidade de sistematização do conhecimento geográfico.

No quarto capítulo, “A sistematização da Geografia: Humboldt e Ritter”, ele analisa como estes dois autores puderam criar geografias sistemáticas mediante as condições sociais e históricas em que viviam no estado alemão. Este último não o era propriamente, mas um conjunto de feudos. O desenvolvimento do capitalismo não se deu de forma homogênea na Europa, sobretudo na Alemanha, que teve um dos processos de unificação mais tardios da Europa, e isto retardava neste país o desenvolvimento do capitalismo, que não se deu como na maioria dos países europeus, não foi emanado de uma revolução burguesa, mas de uma aristocracia agrária que se interessava pela unificação e expansão do território por diversos motivos, sobretudo econômicos. Daí surge uma ideia, por parte desta aristocracia agrária, de se investir em uma ciência (a geografia) que legitimasse o seu poder, e de certa forma, por estarem ligados a esta aristocracia, Humboldt e Ritter foram os primeiros intelectuais a fazerem colocações geográficas sistematizadas para esta aristocracia, bem como para a geografia. Mas podemos dizer que a esta aristocracia só encontrou efetivamente uma ciência (a geografia) que legitimasse o seu poder mais tarde em Ratzel.

No quinto capítulo, “Ratzel e a Antropogeografia”, o autor mostra a importância da obra de Ratzel, em primeiro lugar, para o imperialismo ou neocolonialismo alemão mediante as condições históricas existentes na Alemanha. Segundo afirma:

Enquanto Humboldt e Ritter vivenciaram o aparecimento do ideal de unificação alemã, Ratzel vivencia a constituição real do Estado Nacional Alemão e suas primeiras décadas. Suas formulações só são compreensíveis em função da época e da sociedade que as engendraram. A geografia de Ratzel foi um instrumento poderoso de legitimação dos desígnios expansionistas do Estado alemão recém-constituído. (MORAES, 2007, p. 67)

As colocações de espaço na Alemanha ratzeliana eram fundamentais.

Justificando estas colocações, Ratzel elabora o conceito de “espaço vital”; este representaria uma proporção de equilíbrio de uma dada sociedade e os recursos disponíveis para suprir suas necessidades, definindo, portanto, suas potencialidades de progredir e suas premências territoriais. (MORAES, 2007, p. 70)

E para o autor, com este conceito fica bem clara a proposta pró-imperialista ou neocolonialista de Ratzel para legitimar o poder do estado alemão. Em segundo lugar, o autor mostra a importância da obra de Ratzel para uma escola que ficou conhecida posteriormente por Lucien Febvre como “determinista”. O objeto central da obra de Ratzel seria as influências que o meio geográfico exerce sobre a evolução das sociedades, daí que a ideia de Febvre de chamar isto de “determinismo geográfico”, entretanto, para muitos geógrafos, é equivocada, pois alegam que Ratzel falava das influências que o meio geográfico exerce sobre a evolução das sociedades, e não das determinações.

No sexto capítulo, “Vidal de La Blache e a Geografia Humana”, o autor explica, em um primeiro momento, como a geografia de La Blache, mediante as condições sociais e históricas em que este viveu, surgiu em resposta à geografia de Ratzel. La Blache era francês e foi contemporâneo à guerra franco-prussiana, assim como Ratzel. Portanto, se do lado dos alemães a geografia de Ratzel os estava ajudando na guerra, era então necessário que fosse criada uma geografia do outro lado, para ajudar os franceses. Foi então que surgiu a oportunidade de La Blache, até então historiador, de criar uma geografia, e por esta razão, para o autor, a geografia de La Blache foi literalmente uma crítica à geografia de Ratzel.

Em um segundo momento, o autor explica a importância da obra de La Blache para uma escola que ficou conhecida mais tarde por Febvre como “possibilista”. La Blache, assim como Ratzel, acreditava que o homem sofre influências do meio geográfico, porém a grande diferença entre o objeto de Ratzel e o de La Blache, está no fato do segundo colocar o homem como um agente que atua sobre o meio e o transforma. Portanto, o meio geográfico, para La Blache, gera as possibilidades para o homem atuar sobre ele e transformá-lo, daí a ideia de Febvre (que assumiu esta posição) de chamar isto de “possibilismo geográfico”.

No sétimo capítulo, “Os desdobramentos da proposta lablachiana”, o autor fala rapidamente da escola francesa de geografia, dos “discípulos” de La Blache e de geografias oriundas deste, como: a geografia regional, a geografia econômica, a geografia agrária, a geografia humana e a geografia da ecologia do homem.

No oitavo capítulo, “Além do determinismo e do possibilismo: a proposta de Hartshorne”, o autor aborda a geografia “racionalista”. Esta pode assumir este nome por utilizar o método racional-dedutivo que se opõe ao método empírico-indutivo que adveio do positivismo, mas, para o autor, isto não significa que esta geografia deixou de utilizar o método empírico-indutivo, tampouco que esta geografia deixou de ser clássica, mas sim que apenas introduziu outro método além do empírico-indutivo. Seus principais autores foram Hettner e Hartshorne. O primeiro propôs a geografia como a ciência que estuda a diferenciação das áreas; o segundo não se preocupou muito em definir um objeto para a geografia, pois acreditava que as ciências se diferenciavam pelo método, e não pelo objeto.

No nono capítulo, “O movimento de renovação da Geografia”, o autor mostra como a geografia não dava mais conta de explicar vários conceitos mediante o desenvolvimento do modo de produção que mais moldou o espaço: o capitalismo. Foi então que surgiram as duas principais geografias deste movimento: a geografia pragmática e a geografia crítica.

No décimo capítulo, “A Geografia Pragmática” (também chamada de New Geography; quantitativa; teórica; neopositivista etc.), o autor fala de uma geografia que aparece em um contexto histórico de Pós-Segunda Guerra Mundial (1938-1945). Neste contexto era “necessário” fazer uma geografia para o planejamento, para a reconstrução das nações devastadas durante a guerra, e, sobretudo, para a manutenção da hegemonia estadunidense (esta geografia é predominantemente estadunidense) no período Pós-Segunda Guerra Mundial. Esta geografia deveria gerar resultados, prever o futuro, não bastava mais somente descrever:

A geografia pragmática efetua uma crítica apenas à insuficiência da análise tradicional. Não vai a seus fundamentos e à sua base social. Ataca principalmente o caráter não-prático da Geografia Tradicional. [...] A finalidade explícita é gerar uma tecnologia geográfica, um móvel utilitário. (MORAES, 2007, p. 109)

Por isto a necessidade de se trabalhar com números, cálculos e estatística. Nesta geografia se fala muito em população (um conceito muito quantitativo) e pouco em sociedade (um conceito mais qualitativo). Esta geografia é considerada por muitos autores a-histórica, acrítica, apolítica e a-ideológica, entretanto, diversos outros autores dizem que não existe nenhuma outra geografia mais ideológica e política que esta. A “Geografia Pragmática” se renovou na questão metodológica, mas, segundo o autor, não se preocupa em planejar uma sociedade mais horizontal, pelo contrário, contribuí para um Estado liberal, para a burguesia e

para o planejamento de uma sociedade cada vez mais desigual.

No décimo primeiro capítulo, “A Geografia Crítica”, o autor fala de uma geografia que aparece em um contexto histórico a partir da década de 1970 em que surgiram muitos problemas urbanos e ecológicos, em que as desigualdades nas cidades estavam cada vez mais abruptas, sobretudo nos países periféricos. Neste capítulo o autor procura mostrar a grande diferença entre a geografia crítica – compreendendo aqui, as suas vertentes marxista (também chamada de radical) e cultural (também chamada de hermenêutica; fenomenológica etc.) – e as demais geografias, e segundo ele, está no desejo dos seus autores. Segundo Moraes:

São os autores que se posicionam por uma transformação da realidade social, pensando o seu saber como uma arma desse processo. São assim, os que assumem o conteúdo político de conhecimento científico, propondo uma geografia militante, que lute por uma sociedade mais justa. São os que pensam a análise geográfica como um instrumento de libertação do homem. (MORAES, 2007, p.119)

Esta geografia visa criticar, isto é, ir além do que está posto, do senso comum, construir um pensamento crítico, para transformar. Os seus autores criticam todas as outras geografias, sobretudo a pragmática que é vista como ainda pior que a clássica para estes. Estes geógrafos criticam o fato dos autores das outras geografias não se importarem com as contradições internas dos modos de produção, sobretudo do capitalismo, na construção das suas geografias. Eles criticam amplamente o capitalismo e acreditam que a geografia tem um caráter extremamente social, não apenas se fala em população, mas muito se fala em sociedade. É uma geografia da práxis marxista, pluralista e cultural, com um conteúdo mais histórico, político, econômico e social. E esta geografia é hegemônica até os dias de hoje, sendo a mesma utilizada pelo autor para escrever este livro.

Por fim, realmente acreditamos que o autor teve o propósito de construir este livro para ser um material didático para disciplinas introdutórias de cursos de geografia, e que isto acaba por causar alguns problemas comuns em quase todo livro deste tipo, como uma história linear e evolutiva da geografia. Este dado nos leva a pensar que os modos de ver o mundo devem sempre ser superados e esquecidos, à medida que surge um novo, ou seja, que no final do livro estará exposto o melhor modo de ver o mundo; uma história ocidental da geografia, o que é ruim para quem quer construir um pensamento crítico; e muitas simplificações, o que acaba por produzir um “certo” La Blache, um “certo” Ratzel etc.